

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No. 123, DE 2004
(Apenso o PLP nº 125, de 2004)

Dispõe sobre o regime tributário único das microempresas e das empresas de pequeno porte, previsto no parágrafo único do art. 146, e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SUPERSIMPLES, e dá outras providências.

Autor: Deputado JUTAHY JUNIOR
Relator: Deputado BISMARCK MAIA

I – RELATÓRIO

Objetiva o Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2004, de autoria do deputado Jutahy Junior, ao qual foi apensado o Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2004, de iniciativa do deputado Eduardo Paes, regulamentar o parágrafo único do art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal.

Tratam o art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal do regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A iniciativa, na verdade, investe no sentido de facilitar, ainda mais, o dia-a-dia das empresas de pequeno porte e das microempresas, que receberam um tratamento diferenciado quando da sanção, em 1996, da Lei nº 9.137, de 5 de dezembro de 1996, que criou o SIMPLES Federal (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).

Ao possibilitar o pagamento unificado, por parte dessas unidades empreendedoras, do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, PIS, Cofins, CSLL,

INSS Patronal e IPI, no caso de ser contribuinte, o SIMPLES Federal de fato simplificou e desburocratizou a forma das empresas pagarem seus tributos, medida coroada de sucesso, que estimulou sua criação em 21 Estados da Federação.

Apesar da capilaridade que, por isso, foi dada ao SIMPLES Federal com sua estadualização, os limites de enquadramento das empresas e as alíquotas de recolhimento são muito diferenciados entre os Estados da Federação. Em face a essa realidade, o PSDB tomou a iniciativa de aperfeiçoar ainda mais o sistema, ao propor, na forma da emenda à PEC 41, de 2003 – Reforma Tributária, a implantação do SUPERSIMPLES.

O SUPERSIMPLES objetiva criar um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados e Municípios; regime único para o contribuinte e condições de enquadramento das empresas diferenciadas por Estados; unificação e centralização e repartição das parcelas pertencentes aos respectivos entes, bem como, a arrecadação e fiscalização compartilhada entre as unidades federadas.

Além disso, a proposta prevê a implantação de um cadastro único nacional, unificando os tributos e contribuições federais, estaduais e municipais em uma única Guia de Recolhimento, e investe, também, no sentido de facilitar a existência das microempresas e empresas de pequeno porte, ao liberá-las da obrigação de elaborar e manter o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, desde que não exerçam atividades nocivas e prejudiciais à saúde do empregado.

Com o objetivo de incentivar a formalização de quase 40 milhões de brasileiros propõe-se que a microempresas com receita bruta anual de até R\$ 12.696,00 fiquem isentas dos impostos e contribuições federais. Este valor corresponde àquele praticado na Tabela de Imposto de Renda de pessoa física.

Para estimular a geração de emprego, excluímos da base de cálculo dos impostos e contribuições as despesas com a folha de pagamento de salários e encargos dos empregados da microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SUPERSIMPLES.

Essa obrigação, decorrente do art. 58 da Lei nº. 8.213/91, instituiu que a não manutenção atualizada do PPP e o não fornecimento do mesmo ao empregado, quando do encerramento do contrato de trabalho, redundará em multa que varia de R\$ 991,03 a R\$ 99.102,12.

Busca, também, o Projeto de Lei Complementar nº 123, 2004, facilitar a baixa e a legalização de milhares de empresas no Brasil que se encontram com as suas atividades encerradas há mais de cinco anos e, ainda, desobrigar as pessoas jurídicas optantes pelo sistema Simples, que não tiverem empregados, de apresentar a Relação Anual das Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Por apresentar plena simetria com o Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2004, foi a esse apensado o Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2004, do deputado Eduardo Paes, que busca, também, assegurar maiores facilidades às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Ressalte-se, no entanto, que em sua iniciativa o deputado Eduardo Paes propôs a criação do Conselho Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – CMPE, com a finalidade de normatizar e regulamentar o regime tributário único e simplificado, composto paritariamente com representantes da União, dos Estados, do DF, dos municípios e das entidades representativas dos contribuintes, sendo instituído, ainda, o Sistema Integrado de Gestão de Informações Fiscais – SIGFIS, instância a ser responsável pela coleta, gestão, integração de base e distribuição das informações necessárias à gestão unificada do SUPERSIMPLES.

É o Relatório.

II - VOTO

Os novos processos produtivos, decorrentes da globalização da economia, geraram novas práticas, usos e costumes em todo o planeta. E, no Brasil, revelaram a vocação empreendedorista, que só faz, nos últimos anos, se expandir.

Ao sustentar sua iniciativa, o deputado Jutahy Junior desvendou o que representava, em 2001, o universo das empresas de pequeno porte e das microempresas brasileiras, que àquele ano totalizaram, em receitas, a quantia de R\$ 168 bilhões e R\$ 200 milhões, respectivamente.

Universo conformado por 1 milhão e por 100 mil destas pequenas e microempresas que eram empregadoras, tendo em registro ao menos uma pessoa como empregado, e sendo os demais membros familiares ou sócios, o que, então, indicava o envolvimento de 926 mil famílias no negócios.

A relevância dos pequenos negócios, dos pequenos empreendedores, sejam eles prestadores de serviços, fabricantes de bens ou comerciantes, é tamanha no Brasil que, segundo dados do IBGE, 98% das empresas do País são micros e pequenas empresas.

Este segmento extremamente ativo da economia real representavam, então, 93% dos estabelecimentos empregadores, assegurando cerca de 60% dos empregos gerados no Brasil e participando com 43% da renda total dos setores industrial, comercial e de serviços.

Na realidade, o Brasil, hoje, segundo pesquisa realizada em 37 países, em 2002, sob a coordenação da Global Entrepreneurship Monitor – GEM, da London Business School, da Inglaterra, e da Babson School, dos Estados Unidos - iniciativa coordenada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná e pelo SEBRAE -, ocupa o sétimo lugar no ranking dos países com maior nível de empreendedorismo.

Ainda segundo a pesquisa, a taxa de atividade empreendedora brasileira total, que indica a proporção de empreendedores na população com idades que variam de 18 a 64 anos, situou-se em 13,5%, estimando-se em 14,4 milhões o número de empreendedores, dos quais 42% são mulheres.

É indiscutível, portanto, a magna importância das empresas de pequeno porte e das microempresas para o nível da atividade econômica brasileira. E, também, para a geração de empregos que absorvem mão de obra primária, inadaptada aos novos processos produtivos, e para a distribuição de renda. Garantindo, assim, maior justiça social.

Em um País que convive, no momento, com constantes movimentos de dispensa de mão-de-obra, formal, é imprescindível, portanto, oferecer às pessoas jurídicas enquadráveis como microempresa ou como empresa de pequeno porte um leque o mais amplo possível de facilidades, a fim de que possam, livres da teia da burocracia desnecessária, que resulta em custos insuportáveis, desenvolverem-se de fato para cumprirem sua missão.

Afinal, por força da burocracia e dos custos irrazoáveis, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS informa que a mortalidade das microempresas atinge a elevada taxa de 50% nos três primeiros anos de vida, e de 30% no âmbito das empresas de pequeno porte e de médio porte.

Isto posto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei Complementar n°. 123, de 2004 e n°. 125, de 2004, nos termos do Substitutivo, que ora apresento, em anexo.

Sala da Comissão, em de maio de 2004.

Deputado **BISMARCK MAIA**
Relator

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO**
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No. 123, DE 2004

Dispõe sobre o regime tributário único das microempresas e das empresas de pequeno porte, previsto no parágrafo único do art. 146, e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SUPERSIMPLES, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art 1º. Esta Lei Complementar regula e institui, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 146 e no inciso IX do art. 170 da Constituição Federal, o regime tributário único nacional de arrecadação diferenciada, simplificada e favorecida, aplicável à microempresa e à empresa de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O regime tributário único compreende a arrecadação, a fiscalização e a cobrança compartilhada dos impostos e contribuições pelos entes federados, sendo opcional para o contribuinte.

§ 2º O pagamento de impostos e contribuições dos entes federados, no regime tributário único nacional, dar-se-á de forma centralizada e numa única guia de recolhimento mensal, a ser regulamentada pela Secretaria da Receita Federal.

§ 3º Aplica-se, no que couberem, as disposições das Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, com relação à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SUPERSIMPLES.

§ 4º Enquanto não forem fixadas as alíquotas diferenciadas por atividade e os limites de enquadramento das microempresas e das empresas de

pequeno porte, caberá ao Senado Federal, no âmbito de suas competências, a sua discussão e aprovação, na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 2º A opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SUPERSIMPLES é facultativa para qualquer microempresa e empresa de pequeno porte, independentemente de seu setor de atividade econômica.

Art. 3º O recolhimento de impostos e contribuições a que se refere o § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.317, de 1996, estará sujeito aos seguintes percentuais:

I – 0% (zero por cento) para microempresas com receita bruta anual de até R\$ 12.696,00;

II – 1, 5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para microempresas com receita bruta anual de R\$ 12.696,01 até duas vezes este valor.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo serão revistos na mesma época e proporção em que for atualizada a Tabela Progressiva para Cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Art. 4º Da base de cálculo dos impostos e contribuições devidos, no ano-calendário, pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo SUPERSIMPLES, será deduzida as despesas com a folha de pagamento de salários e encargos dos empregados regularmente contratados, além daquelas já previstas em legislação vigente.

Art. 5º Fica instituído o Sistema Integrado de Gestão de Informações Fiscais – SIGFIS, responsável pela coleta, gestão, integração de base e distribuição das informações necessárias à gestão unificada do Sistema SIMPLES.

§ 1º As informações geradas pelo SIGFIS constituirão o Cadastro Nacional Único de Contribuição para a arrecadação, a fiscalização e a cobrança dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

§ 2º O Cadastro deverá conter informações gerais que atenderão aos órgãos federais, estaduais e municipais.

§ 3º O Cadastro a que se refere o § 1º será gerido pela União, devendo ser compartilhado com os demais entes federados, respeitados os limites de suas competências.

§ 4º Além dessas disposições, o Cadastro poderá conter informações dos Cartórios de Registros Cíveis e das Juntas Comerciais das unidades federadas.

Art. 6º. Fica criado o Conselho Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – CMPE, com a finalidade de normatizar e regulamentar o regime tributário único de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O CMPE será composto, de forma paritária, com representantes da União, dos Estados, do DF, dos Municípios e das entidades representativas dos contribuintes.

Art. 7º O processo de abertura de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á com a obtenção do registro único expedido pelo Cadastro Nacional Único, que terá validade para todos os fins, ficando condicionado, conforme o ramo de atividade, apenas à emissão de laudo de vistoria dos órgãos federais, estaduais ou municipais, quando for o caso.

Parágrafo único. O regulamento definirá a sistemática simplificada de abertura da microempresa e empresa de pequeno porte.

Art. 8º A baixa da microempresa e da empresa de pequeno porte dar-se-á mediante requerimento ao responsável pelo Cadastro Nacional Único de Contribuinte, ficando sujeitos os requerentes à fiscalização e à quitação de eventuais débitos até a data da solicitação.

Art. 9º Os procedimentos para a arrecadação e a cobrança dos impostos e contribuições serão definidos pelo CMPE, ficando assegurada a imediata distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados, por ocasião do efetivo recolhimento junto ao sistema bancário.

Art. 10 Caberá aos órgãos estaduais e municipais de fazenda, nas suas esferas de competência, a responsabilidade pela fiscalização do SIGFIS em parceria com a Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. Fica assegurado aos órgãos federais, estaduais e municipais a disponibilização das informações fiscais necessárias ao cumprimento de suas responsabilidades, na forma do regulamento.

Art. 11 Acrescenta-se ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o § 5º com a seguinte redação:

“Art.58.....
.....

§ 5º As exigências constantes do Parágrafo 4º não se aplicam às microempresas e às empresas de pequeno porte que não exerçam atividades nocivas e prejudiciais à saúde do Trabalhador.” (NR)

Art. 12 As pessoas jurídicas optantes pelo Sistema SUPERSIMPLES que não tiverem empregados ficam desobrigadas da apresentação da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Art. 13 As pessoas jurídicas enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte, optantes ou não pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que durante cinco anos não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa nos registros competentes, independentemente de prova de quitação de impostos e contribuições para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte fica dispensada do pagamento de juros de mora, multas e quaisquer acréscimos legais pela entrega de declaração de rendimentos nos períodos em que permaneceu sem movimentação de atividade.

§ 2º Os débitos apurados por ocasião da baixa das empresas referenciadas no **caput** poderão ser requeridos e parcelados na forma da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no prazo de seis meses após a publicação desta Lei.

§ 3º Os sócios das microempresas e das empresas de pequeno porte responderão pelos débitos remanescentes, apurados na data da baixa dos respectivos registros.

Art. 14 Caberá à Secretaria da Receita Federal e à Justiça Federal, no âmbito de suas respectivas competências, dirimirem quaisquer conflitos de caráter fiscal e administrativo com relação ao SUPERSIMPLES.

Art. 15 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revoga-se o art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Sala da Comissão, em de maio de 2004.

Deputado **BISMARCK MAIA**
Relator